

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



SERRÃO, Joel (Funchal, 1919 - Santana, 2008)

Joel Serrão nasceu a 12 de Dezembro de 1919 em Santo António, Funchal, onde fez os seus estudos secundários. Sobre a sua origem social sabe-se, pelo menos, que não era oriundo de famílias abastadas. Sensibilizado com a importância que a geografia tem para a compreensão das sociedades, não deixa de reflectir sobre a própria experiência juvenil na Madeira. Considera que sofreu uma dupla insularidade, não só física e social mas também uma «insularidade psicológica» (*Jornal de Letras*, 31-01-1989, p.16), que o levou a interessar-se pela leitura e, ainda na juventude, um primeiro contacto com António Sérgio. O apostolado sergiano conquistava em JS um jovem discípulo que, numa época propensa ao desespero e à ansiedade – no contexto da Guerra Civil espanhola e pelo alargar dos tentáculos ideológicos do Estado Novo à juventude –, sorvia na *Antígona* e nos *Ensaio* os «rumos de esperança» (*Portugueses somos*, 1975, 75-76).

Já em Lisboa, a passagem pela Faculdade de Letras (1939-46) revelar-se-ia uma «malograda esperança», um tempo desperdiçado, salvo raras excepções, como os magistérios de Vieira de Almeida, Delfim Santos ou Magalhães Godinho (*Os anos 40 na arte portuguesa*, vol. 6, 1982, 14-15; *Portugueses somos*, 77). Esta perspectiva negativa da Faculdade será partilhada por outros alunos como Mário Soares, José-Augusto França ou Magalhães Godinho. Em detrimento do «velho Convento de Jesus», cursava na «autodidáctica universidade das tertúlias de café», onde a pedagogia do Mestre se encontrava presente. Mais uma vez, Sérgio representava a esperança perante outro tipo de insularidade; era, segundo JS, quem «nos levedava os sonhos e o projecto de nossas vidas» (*Portugueses somos*, 77). É neste ambiente de rejeição da instituição universitária que surge em 1942 o jornal universitário *Horizonte*, do qual Joel Serrão é director e intenso colaborador. Era, nas palavras de Mário Soares, um veículo de «aspirações culturais genuínas» (*Portugal Amordaçado*, 1974, 43), conduzido por jovens com uma nova visão para a cultura nacional. A participação de JS é marcada pela diversidade dos temas que aborda: críticas literárias, pequenos ensaios sobre poesia, pedagogia, o estado da intelectualidade portuguesa, etc. Saliente-se um artigo que escreve intitulado «Carta a Antero de Quental», onde mostra ao autor das *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares* o caminho trilhado pela filosofia desde a sua morte, a superação do idealismo do séc. XIX pela aproximação à realidade através de uma «atitude serenamente científica», à qual associa, entre outros, Henri Pirenne e Marc Bloch (*Horizonte*, nº5, Abril de 1942). Os seus interesses andavam nesta altura mais ligados à literatura ou filosofia do que propriamente à história. Exemplo disso é a tese com que encerra a licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas: *Ensaio sobre a unidade do real objecto*. Será neste



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

percurso inicial que Joel Serrão estruturará as bases do seu pensamento que tanta influência terão nos seus trabalhos historiográficos. Formulará na sua obra uma profícua osmose entre os seus interesses literários, filosóficos e históricos.

O pensamento de JS foi influenciado por um conjunto alargado de intelectuais portugueses (Antero de Quental, António Sérgio, Jaime Cortesão, Vieira de Almeida), aos quais é ainda possível acrescentar a historiografia francesa dos *Annales*, veiculada na altura pelo seu professor, Magalhães Godinho. Influências, aliás, que encontramos igualmente, de forma geral ou parcial, em outros historiadores que frequentaram a Faculdade de Letras de Lisboa pela mesma altura. Pela nova mensagem que transportaram para a historiografia nacional e pela semelhança de idades, A. H. de Oliveira Marques fala da «geração de 1939-45» ou da «escola de Lisboa» (*Ensaio de Historiografia Portuguesa*, 1988, 49 e ss.). Ainda segundo este historiador, esta geração caracterizava-se pela comum formação marxista (caracterização discutível, diga-se). Não há dúvida é que alguns dos seus expoentes davam preferência a uma história mais atenta aos fenómenos socioeconómicos, a uma história total, baseada na interdisciplinaridade e numa visão integrada dos fenómenos sociais. Estavam igualmente imbuídos da necessidade de conjugar a história com a acção cívica, na senda do apostolado sergiano.

Joel Serrão vai comungar estas ideias, como se pode verificar pelas suas primeiras publicações. Acasos da vida, aliado a um interesse por Fernando Pessoa, leva a que publique em 1945 as cartas que este poeta endereçou a Armando Côrtes-Rodrigues, que JS conheceu nos Açores. Logo no prefácio, recupera algumas das ideias já patentes no *Horizonte*, nomeadamente a necessidade de implementar uma atitude científica no meio intelectual português, que inclui a análise que se fazia do autor da *Mensagem*, até aí demasiado apologética (*Cartas de Fernando Pessoa a Armando Côrtes-Rodrigues*, 1985, 10). Podemos considerar como um marco distintivo do seu percurso historiográfico este caminho que inicia com Fernando Pessoa – poeta que continuará a estudar –, passando por um conjunto alargado de intelectuais. Desejava compreender distintas personalidades do pensamento contemporâneo português na sua complexa interligação com o meio social, cultural, técnico e mental em que viveram. O homem no seu meio, claro, mas também uma peculiar sensibilidade ao perfil psicológico desses vultos, que lhes conferia um cunho específico no entendimento que faziam do seu tempo e capacidade de dimensionarem esse próprio meio (*A emigração portuguesa – sondagem histórica*, 1977, 219). Joel Serrão seguia assim na esteira dos avanços da nova historiografia francesa quanto aos estudos biográficos, dos quais Lucien Febvre é exemplo. É, aliás, deste historiador que vai buscar um dos seus conceitos predilectos – utensilagem mental (*outillage mental*) – o que é só por si bem significativo desta filiação. Conceitos como conjuntura e estrutura são igualmente frequentes nas suas obras e, como objecto de estudo, irá dedicar especial atenção aos conceitos de revolução, classe, povo, burguesia, sebastianismo, etc. Para além de Pessoa, e só para dar alguns exemplos, Antero de Quental, Sampaio Bruno, Manuel Laranjeira ou Cesário Verde foram alvo de atenção por parte do historiador madeirense. Em última análise, esta intenção de entender as correlações do homem com o seu meio, numa perspectiva da sociologia da literatura, estrutural no seu percurso historiográfico, reside na crença que tinha no valor absoluto do ser humano enquanto definidor do tempo em que vive e virá a viver; uma luta constante pela compreensão e domínio das forças condicionantes, embora



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

não absolutas e mecanicistas, da vida em sociedade. Só conhecendo as nossas dependências poderemos ambicionar à consciência e domínio das nossas liberdades (*Emigração portuguesa – sondagem histórica*, 13; *Temas de cultura portuguesa*, 1960, 19).

No ano seguinte à publicação das *Cartas* é editado o seu primeiro trabalho historiográfico intitulado *O carácter social da Revolução de 1383* (1946). O interesse por este tema deve estar associado à frequência das lições que então Magalhães Godinho dava no Ateneu Comercial de Lisboa (na sequência da sua polémica saída da FLUL), sendo que uma delas era precisamente sobre este tema. Joel Serrão pretendia trazer para o panorama historiográfico uma nova interpretação socioeconómica deste processo fulcral para a formação de Portugal. António Borges Coelho, um estudioso desta temática, destaca-a como uma obra extremamente inovadora para a época (*Jornal de Letras*, 12-25 de Março de 2008, p. 9). Em síntese, defendia que tinham havido duas revoluções: 1) 1383, feita pelo “povo miúdo”, que protestava contra as precárias condições de vida na época; 2) «revolução-organização» de 1385, quando a burguesia se apodera do movimento insatisfatório para reivindicar as suas próprias aspirações. Criticava, assim, directamente a tese sergiana que via desde o início da Revolução a aspiração burguesa e Aljubarrota uma luta entre duas classes. António Sérgio viria a responder às críticas e embora se tenha mantido firme na sua interpretação, reconhece algumas qualidades ao jovem historiador (*Ensaios*, vol. VI, 1980, 3-10). Para reforçar os argumentos da sua teoria procura enquadrar a Revolução de 1383 num amplo espectro europeu onde surgiram várias revoluções sociais; numa 2ª edição de 1976 pretende ainda enfatizar a importância da integração nacional num contexto demográfico e social do séc. XIV europeu. Esta procura de compreensão dos problemas nacionais a uma luz europeia reflecte os novos desejos de renovação historiográfica em Portugal, até aí demasiado focalizada na singularidade da pátria.

Joel Serrão exerceu de 1948 até 1972 o magistério primário e secundário em escolas do Funchal, Viseu, Setúbal e no Liceu Passos Manuel, em Lisboa, a partir de 1954. Com a recriação da Faculdade de Letras do Porto, juntamente com Benard da Costa e Barradas de Carvalho, concorreu a um lugar de professor, tendo os seus processos de candidatura “desaparecido” (J. Barradas de Carvalho, *O Obscurantismo Salazarista*, 1974, 25). Entre 1972-75 lecciona no Instituto Superior de Economia, seguindo-se uma passagem pela Faculdade de Letras de Lisboa (1975-79), prosseguindo a sua trajectória universitária na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde se jubila em 1989. Esteve igualmente associado a várias instituições culturais e científicas: Sociedade Portuguesa de História da Civilização (1949-53); Centro de Estudos do Século XIX (1970), do qual é co-fundador, juntamente com Vitorino Nemésio, José-Augusto França e José Tengarrinha; membro do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, com o pelouro da Ciência (1975-1995); presidente do Centro de Estudos de História do Atlântico (1992-97). Colaborou ainda em inúmeros jornais e revistas (*Diário de Lisboa*, *Análise Social*, *Vértice*, *Seara Nova*, *O Tempo e o Modo*, *Annales*, etc.), realizando ainda traduções de algumas obras.

Não obstante a sua actividade na docência, irá iniciar, sobretudo a partir da década de 50, uma intensa publicação de estudos históricos, primeiro sobre a época medieval, com uma breve passagem pela época moderna, firmando-se definitivamente no estudo do oitocentismo português, que constitui o grosso da sua



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

obra. A que se deveu este interesse pelo século XIX, tão diferente cronologicamente dos seus primeiros estudos? Antes de mais, note-se a diversidade temática dos seus estudos: para além do interesse pelos intelectuais portugueses já referido, interessou-se pelo pensamento político contemporâneo, historiografia (com especial interesse por Alexandre Herculano, Oliveira Martins, António Sérgio ou Jaime Cortesão), inovação e implementação técnica, emigração e demografia, desenvolvimento e ambiência do quotidiano de Lisboa, sebastianismo, a situação da mulher portuguesa, sem esquecer temas como «em torno da experiência oitocentista do tédio» (1962).

Esta multiplicidade de interesses está patente numa obra que dirige e à qual o seu nome é indissociável, dando-lhe uma projecção muito para além do restrito mundo universitário. Referimo-nos obviamente ao *Dicionário de história de Portugal (DHP)*, publicado em 4 volumes entre 1963-1971, tendo posteriormente outras edições, às quais se acrescentará uma extensão mais centrada no século XX (coordenada por António Barreto e Maria Filomena Mónica). O *DHP* é reconhecido entre os historiadores pela sua inovação e utilidade, ainda nos dias de hoje. Eram, aliás, estes objectivos que norteavam a condução deste projecto, como descreve no prefácio à obra em 1963: dar aos leitores informações fidedignas e actualizadas da história de Portugal; incentivar a abertura de novas perspectivas inovadoras na investigação histórica. Esta obra pretendia não só atentar nos temas mais tradicionais da história como também trazer ao panorama historiográfico nacional a divulgação de resultados das investigações conduzidas por novas abordagens relativas à história portuguesa. Não deixa de surpreender que o seu nome, como o próprio admite, tenha sido escolhido para coordenar uma obra tão marcante da historiografia do séc. XX, que cristaliza os progressos que a historiografia ia fazendo nas últimas décadas mas, sobretudo, ponto de partida para uma nova história em Portugal. Congrega em seu redor um grande número de investigadores, dos quais se podem destacar Magalhães Godinho, Barradas de Carvalho (que chegou a ser indicado como coordenador do projecto com JS), António José Saraiva, Oliveira Marques, Borges de Macedo, Veríssimo Serrão, Torquato de Sousa Soares, Jorge Dias, Luís de Albuquerque, C.R. Boxer, Frédéric Mauro, Charles Verlinden, Orlando Ribeiro, Rómulo de Carvalho, etc.

Não menosprezando o extenso número de colaboradores – quase 140 –, que manifestam a grande adesão da comunidade historiográfica a este empreendimento, a colaboração de JS é bastante significativa, redigindo mais de 80 entradas, sobre os mais variados temas: «Alexandre Herculano», «Oliveira Martins», «historiografia – na época contemporânea», «Sampaio Bruno», «Antero de Quental», «Decadência», «burguesia – na época contemporânea», «povo – na época contemporânea», «emigração», etc. Joel Serrão tinha perfeita noção da sua «complexa evolução aparentemente saltitante» (*Jornal de Letras*, 31-01-1989, p. 19). “Aparentemente”, pois afirmava também: «os estudos parcelares [...] fazem parte de um contexto sem o qual as coisas parcelares não têm sentido». Qual é então o contexto que torna a sua díspar obra compreensível à luz de um único fim? O que procurou construir em torno do estudo do século XIX português? Para responder a estas perguntas é necessário recuar até àquele que se apresenta como o texto genesiaco de Joel Serrão no que respeita ao estudo do século XIX: «Por uma história cultural do século XIX português», que se encontra publicado nos *Temas oitocentistas I*, resultando de uma conferência dada no *Institut Français au Portugal* em 1952. Era necessário inicialmente enunciar os



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

pressupostos teóricos e metodológicos para quem desejasse “içar as velas” para navegar numa época ainda tão nublada. Assim, era necessário ter em conta não só as mudanças, em que este século era tão fértil, mas atentar igualmente nas permanências. É pelo entrecruzar destas duas perspectivas que se pode chegar à compreensão das sociedades de determinado período. Tal como já havia feito em *O Carácter social da Revolução de 1383*, pretende que o estudo do oitocentismo português seja guiado por uma análise que compare vários planos geográficos distintos: o panorama nacional em confronto com o contexto europeu ocidental, distinguindo assim fenómenos genuinamente nacionais dos que mais não são do que um alargamento de um processo global, matizado pela especificidade portuguesa. Afirma ainda que para resolver o problema do excesso de documentação, inerente a quem se dedica ao estudo da época contemporânea, é necessária uma abordagem colectiva, atitude que por várias vezes procurou nas “suas” obras.

A amplitude temática com que se dedicou ao estudo do oitocentismo, para além da multiplicidade de interesses que tinha, justifica-se pela visão totalizante que deveria imprimir-se à compreensão histórica. Era impossível, sem simplismos e visões deturpadas, perceber a complexidade dos problemas históricos sem atentar simultaneamente e comparativamente as perspectivas política, económica, técnica e mental. A realidade que se pretendia reconstruir objectivamente era una e todas estas perspectivas se influenciavam mutuamente (*Do Sebastianismo ao Socialismo*, 1969, 20-21); dividi-las, sem reconhecer as restantes, em compartimentos estanques, era encurtar ainda mais a compreensão desse passado, que na sua totalidade é já ininteligível. Deve-se ter igualmente em conta que pouca investigação tinha sido ainda feita sobre este período e a dispersão da sua obra justifica-se pela necessidade de desbravar caminhos em várias direcções com o escopo da compreensão totalizante. Infelizmente, não conseguiu concretizar o plano de construir uma história da sociedade portuguesa do séc. XIX (*Crítica*, nº4, Fev. 1972, p. 7).

A historiografia universitária portuguesa foi tradicionalmente pouco propensa à reflexão filosófica sobre a sua própria ciência. Esta tendência acentuou-se durante o Estado Novo. Nem mesmo a criação dos cursos histórico-filosóficos (1930) resolveu este problema (L. Reis Torgal, *História da história em Portugal*, 1996, 258). Porém, na década de 40, a influência sergiana, de Vieira de Almeida, Sílvio Lima e da historiografia francesa, que fazia significativos avanços na renovação do pensamento historiográfico, contribuíram para uma relativa sensibilização universitária do problema. Neste processo destaque-se o contributo de Magalhães Godinho, cuja tese de licenciatura versava já sobre este problema, continuando ainda na década de 40 a publicar trabalhos relacionados com a crítica e teoria históricas. Joel Serrão insere-se neste processo de renovação e o seu percurso historiográfico é pautado por um peculiar interesse pela reflexão sobre a história: «Quanto à história, importa acentuar, com toda a clareza possível, que ela serve o presente e o futuro, – e não o passado! Se estudamos as épocas pretéritas, é tão-só porque o nosso próprio tempo o exige. É porque precisamos de compreendê-lo, – para nele situarmos a nossa acção» (*Temas de cultura portuguesa*, pp. 17-18). Esta ideia será uma trave-mestra do seu pensamento histórico, que se apresenta coerente e praticamente inalterável. É claramente identificável uma influência do anti-espectrismo sergiano, que se caracteriza pela ideia de libertação do passado para enfrentarmos livremente os nossos problemas presentes, moldando o futuro desejável. Contudo, JS tinha perfeita noção que não nos podemos libertar



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

totalmente do passado: «cada vez se nos afigura mais evidente que serão inúteis todos os esforços para pôr de lado a tradição dum povo. Não é possível edificar-se sobre o vácuo. Se buscamos solução para os problemas nacionais, há que encará-los, previamente, com a objectividade possível, porque, se os ignoramos, arriscamo-nos a architectar soluções que não sirvam coisa nenhuma [...]. Temos de continuar, dialecticamente embora, o passado, – em função do presente, e do futuro que o nosso esforço modelará na treva informe» (*Temas de cultura portuguesa*, 34-35). Assim reconhecido o valor da tradição no presente, para compreendê-lo torna-se indispensável fazê-lo com critérios científicos, com a máxima objectividade possível. Esta procura da objectividade acompanhá-lo-á sempre nas suas investigações: «a dignidade da história chama-se, com simplicidade, busca de objectividade» (*Temas oitocentistas*, 13). É tendo em conta esta premissa, que se deve entender a “crítica” que endereça a António Sérgio, embora este nunca procurasse ser historiador e agisse muitas vezes com intuítos polémicos e cívicos. Várias vezes empreende na sua «história valorativa» uma crítica a acontecimentos passados, em vez de procurar compreendê-los, objectivamente (*Homenagem a António Sérgio*, Colectânea I, 1976, 48).

Parte significativa da reflexão de JS sobre a história centra-se na relação entre o ofício de historiador e o exercício da cidadania. Até que ponto são estas duas actividades conciliáveis? Ou melhor: até que ponto se pode fazer esta distinção? Sabe-se que o seu interesse pelo oitocentismo português assentava na necessidade de «encontrar as raízes daquilo que se me afigurava, em diversos aspectos, o beco sem saída em que nos encontrávamos» (*Jornal de Letras*, 31-01-1989, p. 18) ou, referindo-se ainda ao Estado Novo, «as raízes do fenómeno de que era vítima, afinal, o povo português» (*Os anos 40 na arte portuguesa*, vol. 6, 15). Mas isto não significa que se caísse num historicismo militante, porque, como vimos, a busca de objectividade e a «atitude serenamente científica» eram valores que defendia nas suas obras. A interligação entre historiografia e cidadania encontra-se presente, por exemplo, nos estudos que dedica à emigração, problema endémico da sociedade portuguesa, incapaz de «promover as suas gentes»; ou ainda, no campo editorial, na direcção da Colecção Horizonte – editora onde publica grande parte das suas obras – onde são publicados trabalhos nos campos da história, filosofia, geografia e sociologia. Procurou com esta colecção dar a conhecer a um público mais vasto, a preços acessíveis, um conjunto de obras importantes, contribuindo assim para o «desenvolvimento do país, mediante o apetrechamento cultural e mental». Em suma, como refere, «a ideologia é a negação tácita ou efectiva da atitude e da metodologia científicas [...] a história, enquanto ciência, nega-se ao que a ideologia se contém; o historiador, todavia, coabita com o cidadão – e como é que este se pode esquivar, como tal, às influências e às opções de carácter ideológico?» (*Emigração portuguesa*, 19). Uma aporia, como referiu, que no entanto constitui um desafio à capacidade crítica e problematizadora a que o historiador, condenado à cidadania, não se pode furtar.

Em jeito de conclusão, pode-se destacar o papel de relevo que desempenhou na cultura portuguesa na segunda metade do século XX, na abertura de novas abordagens, tanto na história como nos estudos literários. Pioneiro no estudo de várias temáticas e escritores da história contemporânea, a sua obra é marcada mais pelo desbravamento de novos caminhos do que pelo trabalho de síntese; daí que tenha em parte caído em parte no esquecimento, pela voragem do desenvolvimento dos estudos históricos nas últimas décadas. Contudo, é de realçar o seu papel na formação de vários historiadores nas décadas 70 e

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

80 (sem esquecer a sua influência no ensino liceal) e a abertura do primeiro mestrado de história contemporânea em Portugal, juntamente com A.H. de Oliveira Marques. Morreu a 5 de Março de 2008, vítima de uma doença prolongada, que o afastara do convívio cultural nos últimos tempos.

Bibliografia activa: *O carácter social da Revolução de 1383*, 5ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1984 (1ª ed., 1946); *Para a história da cultura do século XIX português*, São Paulo, [s.e.], 1953, separata da revista «História», nº13, 1953; «A indústria portuense em 1830», *Bulletin d'Études Historiques*, nº1, Lisboa, 1953, pp. 7-22; *Temas oitocentistas – I. Para a história de Portugal no século passado. Ensaios*, [Lisboa], Livros Horizonte, 1980 (1ª ed., 1959); *Temas de cultura portuguesa*, Lisboa, Ed. Ática, [1960]; *Temas oitocentistas – II. Para a história de Portugal no século passado. Ensaios*, [Lisboa], Livros Horizonte, [1978] (1ª ed., 1962); *Dicionário de história de Portugal* (direcção), 4 vols., [s.l.], Iniciativas Editoriais, 1963-71 (81 artigos de sua autoria); *Do Sebastianismo ao Socialismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1983 (1ª ed. 1969); *A emigração portuguesa – sondagem histórica*, 3ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1977 (1ª ed., 1972); *Portugueses Somos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975. Entrevistas: *Crítica*, dir. de Jorge Silva Melo, nº4, Fev. 1972, pp. 7-10; *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 31 de Janeiro de 1989, pp. 16-19.

Bibliografia passiva: BONIFÁCIO, Maria de Fátima, «Joel Serrão», *Dicionário de história de Portugal*, vol. IX, coord. de António Barreto e Maria Filomena Mónica, Porto, 2000, pp. 416-417; CARDIA, Sottomayor, «Temas Oitocentistas», in *O Tempo e o Modo*, nº3, Março 1963, pp. 62-64; *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 12-25 Março, 2008, pp. 8-9 (pequeno artigo em sua memória com testemunhos de alguns historiadores); MENDES, J. Amado, «Para uma nova visão da história de Portugal: o Dicionário de Joel Serrão e a História de Portugal de Oliveira Marques», in Fernando Catroga, Luís Reis Torgal e J. Amado Mendes, *História da história em Portugal. Sécs. XIX-XX*, [s.l.], Círculo de Leitores, 1996, pp. 318-320; PEREIRA, Miriam Halpern, «A historiografia contemporânea sobre o século XIX», *Das revoluções liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, pp. 228-255; REIS, António, «Joel Serrão», *Dicionário de história do Estado Novo*, dir. de Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, vol. II, Venda Nova, Bertrand Editora, 1998, pp. 902-903.

José Manuel Guedes de Sousa



APOIOS:

